

VESTÍGIOS DE EXPERIÊNCIAS FAMILIARES DE ESCRAVOS NAS FAZENDAS SETECENTISTAS DO “CERTAM DE SIMA” (1730-1790)¹

Gabriela Amorim Nogueira²

Mestranda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: gabrielanogueira@bol.com.br

Palavras-chave: Fazendas Pecuarias. “Certam de Sima”. Família Escrava. Comunidade.

Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos (ABREU, 2000, p. 154).

Este pequeno trecho de Capistrano de Abreu elucida a participação de escravos desde a formação da sociedade do “Certam de Sima” com a introdução dos currais de gado.

[...] nas barrancas do São Francisco e seus afluentes pela margem direita, a ocupação baiana se fizera em primeiro lugar, de modo permanente, com os currais de gado. Devido às doações, compras e heranças, os vastos domínios da margem direita do alto São Francisco pertenciam a Antônio Guedes de Brito (PIRES, 1979, p. 46).

O processo de interiorização do território nacional foi continuado ao longo da primeira metade do século XVIII. O povoamento dos sertões baianos contou com a introdução do *gado vacum*, responsável por abrir novos caminhos e, conseqüentemente, formar as primeiras moradas. A concessão da sesmaria e, logo depois, a posse das terras entre a nascente do rio Itapicuru e o rio São Francisco, e também o território do Morro do Chapéu até a nascente do rio das Velhas (MG), formaram o grande latifúndio do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito.

Nessas terras, instalaram-se grandes fazendas de criação de *gado vacum*. E para essa empreitada o sesmeiro Antonio Guedes de Brito contou com “[...] brancos, mulatos e pretos e também índios” que estiveram envolvidos desde a condução das imensas boiadas, perpassando o trabalho primeiro de “acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum

¹ O presente trabalho integra minha dissertação de mestrado, em andamento, dedicada ao estudo de famílias escravas na Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima” no período entre 1739 e 1790.

² Aluna regular do Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, bolsista CAPES, sob a orientação da Prof. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro” (ANTONIL apud ABREU, 2000, p. 154), que em muitos casos eram negros escravizados e seus descendentes. Por exemplo: Felipe de Santiago Pereyra e João Nunes Pereyra, pardo, naturais da freguesia de Santo Antonio do Orubu viviam de ser vaqueiros de gados.³

A presença de escravos ocupando a posição de vaqueiros foi recorrente ao longo do século XVIII, nas fazendas próprias dos Guedes de Brito.⁴ Em carta de 1820, enviada aos herdeiros do sexto Conde da Ponte, Moradores em Lisboa, Pedro Francisco de Castro (administrador geral no Brasil) descreveu os escravos, *gado vacum* e *cavalar* existente nas cinco fazendas no Distrito do Rio Pardo (MG). Do conjunto de 60 escravos (homens) listados, 23 foram apresentados como vaqueiros (PIRES, 1979, p. 309-319).

Escravizados, africanos e crioulos, estiveram envolvidos com o trabalho pecuarista nessas propriedades do alto sertão baiano. Muitos, dentre eles, foram responsáveis pela própria administração das fazendas, como observaram os viajantes Spix e Martius: “os proprietários destas grandes fazendas raramente moravam no sertão. Gastavam suas rendas em districtos mais populosos [...] deixando a fiscalização a um mulato” (SPIX; MARTIUS, 1916, p. 8).

Ao excursionar pelos sertões, durante os anos de 1731 a 1734, Quaresma Delgado⁵ registrou em suas anotações,

[...] os caminhos percorridos, que denominou “derrotas” nas quais ele indicou fazendas, lugares e identificou seus ocupantes, constituídos, no Alto Sertão da Bahia, quase sempre de arrendatários de terras – embora raramente informasse – da megalatifundiária Joana da Silva Guedes de Brito (NEVES, 2007, p. 59).

Em suas anotações, Quaresma Delgado registrou as fazendas próprias de Joana da Silva Guedes de Brito, ou seja, aquelas formadas pelos primeiros currais de gado, ainda na administração do mestre de Campo Antonio Guedes de Brito, seu avó, na transição do século XVII para o XVIII. Denominadas como: Boa Vista, Batalha, Volta, Campos de São João,

³ Folhas avulsas de Processo-crime de 1786. Fórum Nivaldo Rodrigues Magalhaes, Paratinga-BA. Sem catalogação.

⁴ Denominamos Guedes de Brito, os proprietários das fazendas: Antonio Guedes de Brito, sua filha Isabel Guedes de Brito, depois a neta Joana da Silva Guedes de Brito e seus maridos, do primeiro casamento, Dom João de Mascarenhas e do segundo Manoel de Saldanha.

⁵ “O sertanista baiano Joaquim Quaresma Delgado, autorizado por portaria de 11 de janeiro de 1731, sondou minérios em Jacobina, Rio de Contas, Minas Novas e Médio São Francisco. Excursionou pelos sertões até 1734, quando adoeceu e interrompeu a expedição” (FRANCO apud NEVES, 2007, p. 59).

Itibiruba (Itibiraba), Mocambo, Campo Grande, Santo Antonio do Orubu e Riacho dos Porcos, todas na margem direita do São Francisco.⁶

A pesquisa empreendida nos livros de batizados e casamentos da antiga Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima” possibilitou conhecer uma amostra da população que viveu no interior dessas nove grandes fazendas setecentistas. Observamos um grande volume de escravizados ao longo do período colonial no interior dessas fazendas. Então, nos vem às indagações: quem eram esses escravos? Africanos ou Crioulos? Como viviam? Os documentos pesquisados, apesar das limitações, permitiram algumas aproximações das presumíveis origens desses sujeitos escravizados e, também das suas experiências cotidianas em torno da família e da comunidade.

Na presente abordagem, selecionamos os registros paroquiais referentes aos escravos e ex-escravos, moradores nas fazendas do sertão são franciscano. Nos livros pesquisados encontramos 1.139 pessoas registradas como escravos dos Guedes de Brito. Este número refere-se a todos os registros encontrados de escravos dos Guedes de Brito, abrangendo todas as faixas etárias e sexos, portanto, esse dado não representa o quantitativo exato das escravarias desses proprietários, pois vários nomes se repetem (Vide tabela I).⁷

Tabela I
Origem, cor e gênero dos escravos dos Guedes de Brito
1721-1759

ORIGEM/COR	ESCRAVOS		FORROS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
Africanos	09	03		02	14
Minas	07	02		01	10
Angolas	01	02		01	04
Gege	01				01
Pretos			03	05	08
Brasileiros	69	62	07	11	149
Crioulos	22	21	03	07	53
Presumivelmente crioulos*	43	37		01	81
Mestiços	01	01			02
Pardos	03	03	03		
Sem identificação	67	100			167
TOTAL	223	231	16	28	498

⁶ PINHO, José Ricardo Moreno. Rotas do São Francisco, do Paramirim e da Serra Geral. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcádia, 2007, p. 106.

⁷ Infelizmente, não temos informações suficientes para identificar melhor esses dados, apenas em alguns casos conseguimos acompanhar trajetórias específicas.

1760-1790					
Africanos	03	01			04
Minas	03	01			04
Pretos			01		01
Brasileiros	152	224	15	12	403
Crioulos	44	69	08	09	130
Presumivelmente crioulos	91	119			210
Mestiços	02	16	01		19
Pardos	12	17	03	02	34
Mulato	02	02			04
Cabra	01	01			02
Sem identificação	144	244	03	02	393
TOTAL GERAL	454	694	31	25	1204

Fonte: Livros 1,2,3,5,7 e 8 de batizados da Freguesia de Santo Antônio do “Orubu de Sima”. Livros 1, 2 de casamentos da Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima”.

*Apesar de não vir explicita a caracterização crioulo, a informação do local de nascimento, ou seja, de que nasceram no Brasil, presumimos serem crioulos.

Esses dados sugerem algumas informações importantes. O quadro de baixo índice de africanos e o marcante número de crioulos, nas fazendas setecentistas dos Guedes de Brito, representados na tabela I, ajuda-nos a compreender origens desses sujeitos sociais escravizados. Demonstra que os Guedes de Brito, para a manutenção das suas escravarias, valeram-se muito mais do crescimento vegetativo do que do tráfico. Simeão Ribeiro Pires (1979), em seus estudos, indicou a existência de fazendas sertanejas dedicadas à procriação de escravos.

A casa da Ponte, mantinha nos sertões do Rio Pardo, [...] cinco grandes fazendas de criatório próprio de gado e criatório de escravos. Eis as fazendas próprias: Canabrava (Rio Pardo); Itibiraba (Rio Pardo Bahia); Bemposta (Distrito de Serra nova - Rio Pardo); Fazenda Grande (São João do Paraíso – Salinas); Angicos (São João do Paraíso). [...] Os escravos se destinavam ao criatório escravo, a cuidar das fazendas e também para serem recrutados, quando necessário, para os duros conforme se lê das numerosas cartas do administrador Geral aos Senhores da Casa da Ponte em Lisboa (PIRES, 1979, p. 245-249). (Grifos nossos.)

Podemos depreender que, além da fazenda Itibiraba, na Bahia, as outras propriedades vizinhas, também às margens do São Francisco, tiveram características semelhantes. Isso justifica-se pelo fato de apresentar baixos números de africanos, taxas elevadas de mulheres, e também, grande presença de crianças nessas fazendas, sugerindo “[...] que o crescimento endógeno tenha sido crucial para o incremento do seu nível populacional. Dessa forma, o

tráfico teria um peso muitíssimo menor para essas fazendas [...]” (MACHADO; ENGEMANN; FLORENTINO, 2003, p. 170).

Entretanto, há que se considerar esses índices de crescimento endógeno a partir da perspectiva da agência dos escravos. Ter filhos perpassava também vontades e escolhas próprias. Estratégias extremadas como o infanticídio, o aborto e o suicídio foram sacadas em diversas ocasiões:

[...] se colocaram como indivíduos tentando conduzir a própria vida em meio a condições adversas. Muitos casos demonstram que o ato só era praticado como último recurso para forçar o atendimento dos desejos ou como alternativa para escapar definitivamente da escravidão (FERREIRA, 2009, p. 14).

Os dados elevados de nascimentos entre os escravos dos Guedes de Brito são sugestivos da opção dos escravos em constituir famílias e das suas lutas para conservá-las. Como notificou Slenes (1999), entre escravarias de Campinas, no século XIX, também escravos do “Certam de Sima”, “[...] valorizavam a família conjugal estável, lutavam com empenho para formá-la e frequentemente conseguiam realizar essa meta [...], quando havia condições propícias para isso” (SLENES, 1999, p. 109).

Nas fontes batismais, localizou-se a presença marcante de crianças nas escravarias. Conforme a tabela II, do universo de 440 batizados, no período entre 1730-1790, apenas doze foram de africanos adultos escravizados nas fazendas sertanejas, a grande maioria correspondia a crianças nos primeiros dias de vida. Desse modo, nota-se um elevado índice de natalidade nas fazendas dos Guedes de Brito.

**Tabela II:
Faixa Etária dos Batizados**

Batizados	Faixa Etária				TOTAL
	CRIANÇAS		ADULTOS		
	(1730-1757)	(1760-1790)	(1730-757)	(1760-1790)	
Escravos dos Guedes de Brito	90	209	0	01*	300
Escravos dos Escravos dos Guedes de Brito	09	10	01	0	20
Escravos de Outros Proprietários	35	74	08	03	120
Total	134	293	9	4	440

Fonte: Livros 1, 2, 3, 5, 7, 8 de batizados da Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima”.

*Provavelmente escrava adulta, pois não apresenta nome dos pais.

O estudo de José Ricardo Pinho (2001) demonstrou significativa participação de mulheres e crianças nas escravarias do Médio São Francisco. Essa situação, para ele, “[...] sugere ter sido a formação familiar e a reprodução natural uma estratégia adotada pelos proprietários [dessa região]” (PINHO, 2001, p. 87). Esses números indicam que as escravarias foram mantidas, principalmente, através do crescimento vegetativo, mais do que pelo tráfico escravo. Assim como também assinalaram Lima e Melo (2004) em suas pesquisas sobre escravarias na região do Paraná, os senhores do “Certam de Sima”: “podiam contar com a família escrava para manter ou expandir suas escravarias” (LIMA; MELO, 2004, p. 156).

Cacilda Machado, Carlos Engemann e Manolo Florentino (2003) em pesquisas sobre fazendas escravistas da América Latina (século XVIII e XIX), analisaram, a partir das especificidades de cada fazenda ou engenho, a composição demográfica das escravarias, observando as influências do afastamento do tráfico nas possíveis formas de organização familiar e comunitária dos escravos. Concluíram que:

Ao significar o fim da contínua entrada de cativos desarraigados do ponto de vista parental, o abandono do mercado e padrões incomuns de compras podem criar melhores condições para o aparecimento e afirmação do parentesco, e ainda quando não necessariamente assumam feições de grupos multigeracionais, os arranjos familiares indicam a plena consolidação deste grupo, da qual por certo derivam profundas consequências socioculturais (MACHADO; ENGEMANN; FLORENTINO, 2003, p. 185).

Além das consequências do afastamento do tráfico, as escravarias das fazendas dos Guedes de Brito contaram também com outro fator favorável às suas vivências familiares e comunitárias: o absenteísmo dos seus proprietários, moradores na sede da província da Bahia e no Reino (PIRES, 1979, p. 232). Desde a formação dessas fazendas, no século XVIII, até o início do século XIX, com o esfacelamento dos bens da Casa da Ponte, muitos escravos do alto sertão experimentaram “viver por si”. Distantes dos seus senhores diretos, gozavam de relativa autonomia e mobilidade. Cabe, no entanto, ressaltar que havia controle senhorial proporcionado pela maneira administrativa adotada por esses senhores distantes, que elegiam, inclusive entre os próprios escravos, líderes, capatazes ou feitores para cuidar das suas propriedades.

Os registros de casamentos e batizados da antiga Freguesia de Santo Antonio do “Orubu de Sima” documentaram práticas cotidianas desses sujeitos sociais que pareciam “viver por si”. Casar e batizar foram momentos constantes na vida dos escravos no “Certam de Sima”, demonstrando a intensidade das relações familiares, seja por laços consanguíneos,

seja pelo compadrio. Observamos a estabilidade desses relacionamentos ao acompanharmos famílias escravas que atravessaram gerações convivendo com seus parentes e compadres no mesmo contexto em que originaram essas relações de amor, amizade, consideração, companheirismo e também de tensões.

Organizaram-se em arranjos familiares, ao longo de gerações, conhecidos como famílias extensas, aquelas “compostas por parentes que [...], ultrapassam os limites do grupo primário constituído por pais e filhos. Referimo-nos, por exemplo, à convivência de irmãos casados e suas proles” (MACHADO, 2003, p. 184). Encontramos vários exemplos de famílias extensas entre os escravos dos Guedes de Brito. Por exemplo, a família de Joze Pereira da Silva e Maria da Silva Nunes que cresceu ao longo de, pelo menos, três gerações no interior da fazenda Itibiraba.⁸

“Jheronimo da Sylva e Adriana Mascarenhas”, vivenciaram a experiência de pertencer a uma família extensa. Moradores na fazenda Currealinho, casaram-se em 1745 na Igreja Matriz.⁹ Ele, filho de “Domingos da Sylva e Agueda da Silva”, e irmão mais velho de “Michaela e Quirino”. Ela, filha de Antonio Guedes e Isabel Guedes, e irmã de Mariana e Lourenço. Presumimos, que os pais de “Jheronimo” e Adriana, fizeram parte dos primeiros moradores dessas fazendas, organizadores dos primeiros grupos familiares que se estenderam com a chegada dos filhos, genros e noras, netos e demais parentes.

O nascimento de Caetana, em 1746, filha de “Jheronimo” e Adriana, provavelmente trouxeram muita alegria para os demais familiares.¹⁰ Os seus avós puderam ver crescer seus descendentes da terceira geração. Mais tarde, no ano de 1759, Caetana com aproximadamente 13 anos de idade casou-se com Antonio Joze da Silva, também escravo dos Guedes de Brito.¹¹ A família cresceu com a chegada dos filhos, encontramos o registro de Antonio mestiço, filho legítimo desse casal.¹²

As relações de parentesco, dessa família, alargaram-se com os compadres e comadres, laços firmados na pia batismal. “Eugenio crioulo do mesmo senhor e Maria crioula,

⁸ As trajetórias dos membros dessa família constam na minha dissertação de mestrado, em andamento, e apresentadas no artigo: *Escravos e Escravas do “Certam de Sima”: Experiências de Vida Familiar e Comunitária (1739-1790)*, aceito para publicação em coletânea da editora EDUNEB.

⁹ Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de Santo Antonio do Orobú de Sima, n. 2. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

¹⁰ Livro de Registro de Batizados da Freguesia de Santo Antonio do Orobú de Sima, n 1. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

¹¹ Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de Santo Antonio do Orobú de Sima, n. 2. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

¹² Livro de Registro de Batizados da Freguesia de Santo Antonio do Orobú de Sima, n 5. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

escrava de Thomas Carvalho”, “Joam Pereyra Machado e sua mulher Luzia da Silva”, moradores na Parateca, participaram do convívio familiar desses escravos.¹³

Sentimos de amor, respeito e consideração marcaram essas relações. Por exemplo, “Theodozia”, filha de Mariana, e sobrinha de Adriana, em 1766, escolheu “Jheronimo”, seu tio, para batizar Crispim, seu filho.¹⁴ Assim, o pequeno Crispim receberia atenção dobrada do seu padrinho que já era seu tio-avô. Observamos que, os membros dessas famílias, entrelaçaram-se por diversos laços parentais, e encontraram na convivência familiar a base para conduzir suas vidas, visando dias melhores.

A solidariedade e o amparo mútuo eram elementos indispensáveis e que podiam contribuir para que africanos e afrodescendentes conquistassem uma vida com alguma dignidade ou obtivessem socorro nos momentos de maior dificuldade (REIS, 2007, p. 86).

Famílias matrifocais também foram recorrentes entre esses escravos. Conseguimos acompanhar a convivência entre parentes de grupos familiares conduzidos por mulheres, aparentemente solteiras. Maria do Nascimento, filha do casal de escravos Joze Pereira da Silva e Maria da Silva Nunes, vivenciou a experiência de conduzir sua própria família, que se alargava no convívio com seus outros parentes: pais, irmãos, sobrinhos, cunhados, além dos compadres, comadres e afilhados. Depois, acabou se casando com Pedro Ferreira, viúvo, também escravo dos Guedes de Brito.¹⁵

As fontes mostraram que as escravarias dessas fazendas estavam envolvidas por relações familiares intensas, que ocasionou a formação de uma comunidade, na qual todos estiveram ligados por laços de parentesco, sejam consanguíneos ou pelas práticas de compadrio. Sendo assim, compartilhando de uma nova identidade, gestada em meio às influências locais, bem como do antepassado comum: a descendência africana.

O historiador Carlos Engemann (2003) defende que,

[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. O transcorrer das gerações em convívio produz um efeito gregário o que fornece a amálgama é a existência de antepassados comuns e de símbolos e crenças –

¹³ Livro de Registro de Batizados da Freguesia de Santo Antonio do Orobu de Sima, n 5. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

¹⁴ Livro de Registro de Batizados da Freguesia de Santo Antonio do Orobu de Sima, n. 1. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

¹⁵ Livros 2 e 5 de Registro de Batizados da Freguesia de Santo Antonio do Orobu de Sima e no Livro 3 de Registro de Casamentos da Freguesia de Santo Antonio do Orobu de Sima. Cúria Diocesana de Bom Jesus da Lapa.

freqüentemente aprendidos desses antepassados – que também são partilhados pela maioria dos membros da comunidade (ENGEMANN, 2003, p. 182).

Como sugeriu Robert Slenes (1999, p. 114), a formação de uma comunidade, na qual essas famílias se uniram por “laços de parentesco” que os ligavam por gerações, assim aconteceu entre os escravizados nas fazendas dos Guedes de Brito. Essas famílias escravas, enraizadas no interior dessas fazendas, entrelaçaram-se em relações diversas, estabelecidas no convívio comunitário. Cotidianamente, tornavam-se compadres estreitando, ainda mais, os relacionamentos entre escravos vizinhos ou moradores em outras fazendas. Reforçavam antigas amizades, assim como também construía novas, buscando trocas de solidariedades.

Essa “comunidade escrava” não era fechada aos escravos dos Guedes de Brito, esteve aberta a escravos de outros proprietários, livres ricos e pobres, e ex-escravos, que nas relações de vizinhança ou nas alianças de compadrio, também participavam desse convívio comunitário. Acessar esse universo cotidiano não é tarefa fácil, sobretudo quando a análise é feita a partir de registros paroquiais. Entretanto, com olhar minucioso, as entrelinhas dessas fontes nos aproximam de alguns vestígios das experiências de vida familiar e comunitária de escravos.

Nesta perspectiva de convivência familiar e comunitária os escravizados, estudados nesta pesquisa, organizaram suas vidas nas rotinas do “viver por si”, pautadas pelos laços familiares que os faziam viver pelos seus. Sem dúvidas, foram os elos de pertencimento familiar e comunitário que os fizeram homens e mulheres das terras do sertão baiano.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

FARIAS, Juliana Barreto. Para vencer na vida. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 5, n. 54, mar. 2010.

FERREIRA, Jackson. Desta para melhor: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. IN: FIGUEIREDO, Luciano. *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. (Coleção Revista de História no Bolso: 3).

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda; ENGEMANN, Carl (Orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. v. 1.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, C. A.; MELO, K. A. V. A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de ausenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835). *Afro-Ásia*, v. 31, p. 128, 2004.

MACHADO, Maria Helena P. T.. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco zero, v. 8, n. 16, mar/ago. 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.); MIGUEL, Antonieta. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no médio São Francisco (1830-1888)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

_____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertois de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: 1979.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A Família Negra no tempo da Escravidão, 1850-1888*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista da USP*, n. 18, São Paulo, 1993.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 1999.

SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma comunidade rural no Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Daniele Santos. Bahia de todos os Santos e Africanos: trabalho escravo em Salvador na primeira metade do século XVIII. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO

BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br>>. Acesso em: maio 2010.

SPIX, Von; MARTIUS, Von. *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.